Recensão

BEN-CHORIN, Schalom. *A eleição de Israel. Um tratado teológico-político*. Trad. do alemão. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999, 156 p.

O movimento sionista, o holocausto provocado pelas loucuras de Hitler, que sacrificou milhões de judeus em campos de concentração e nas câmaras de gás, bem como a criação do Estado de Israel, contribuíram para recolocar nos últimos anos em discussão o tema da eleição de Israel. A interpretação que o cristianismo deu a si mesmo como o Novo Israel de uma Nova Aliança e levou muitos a considerar extinta a Antiga Aliança ligada ao Antigo Israel pode ser vista como incorreta e parcial. Paulo na Carta aos Romanos já advertia que os cristãos não passam de galhos estranhos enxertados no velho tronco da oliveira, que é Israel. Com razão, por isso, teólogos cristãos e judeus retomam esta temática da eleição de Israel nas suas discussões.

Ben-Chorin nasceu na Alemanha e vive em Israel desde 1935. Formado em Germanística, Filosofia e Religião Comparada, é um escritor-teólogo independente, jornalista e publicista. A idéia de escrever este livro nasceu de palestras dadas, em 1986, a peregrinos alemães no Hospício Luterano em Jerusalém e mais tarde em Munique, na Academia Católica. Trata-se, pois, de uma tentativa de explicar e entender por que o povo judeu continua reivindicando para si o título de povo eleito de Deus e por que se julga no direito de voltar à terra prometida a Abraão, Isaac e Jacó. A obra é, portanto, um esforço de diálogo ecumênico e inter-religioso. Examinando textos bíblicos e autores do judaísmo de várias épocas, Ben-Chorin discute basicamente dois temas: a validade da eleição de Israel e da promissão, ou promessa da terra, tema conexo com o da eleição. Tratando da promessa da terra e da existência do Estado de Israel, evidentemente esbarra no problema do conflito milenar judaico-árabe, hoje em dia muito mais explosivo que em tempos passados. Por isso o subtítulo "Um tratado teológico-político".

Sempre com o pano de fundo dos temas da eleição e da promessa, o autor vai perpassando outros temas conexos como o da liturgia, a relação Israel e Igreja, Jerusalém como centro das três grandes religiões, Israel povo ou país, a questão da mulher no judaísmo, a aliança não revogada e a eleição e a mística.

Partindo da frase "sereis para mim um reino de sacerdotes e uma nação santa" (Ex 19,6), Ben-Chorin afirma que este projeto divino é ainda uma tarefa inacabada para Israel e para a Igreja, o Novo Israel. Eleição, porém, nada tem a ver com superioridade racial de Israel, pois o judaísmo não constitui uma raça e sim uma comunidade de destino (p. 14). Trata-se, pois, da eleição do povo de Israel e não do indivíduo. Como povo eleito, Israel tem uma função paradigmática em função de todas as nações; é uma espécie de alegoria para os povos. Com esta visão, o autor critica

algumas orações usadas em algumas sinagogas, nas quais ainda se transmite uma idéia de superioridade de Israel em relação a outros povos (p. 25-26). É preciso superar certo particularismo da eleição: "A eleição não pode basear-se e concretizar-se em conquistas territoriais" (p. 31). Porque "se Israel não entender sua eleição no sentido de missão, corre o risco de incorrer no erro do nacionalismo e do chauvinismo de outros povos" (p. 39). Apesar das ambigüidades que o tema da eleição pode suscitar, por um lado, na teologia cristã começa a impor-se hoje o reconhecimento de que a Aliança de Israel não foi revogada (p. 46). Por outro, a consciência de Israel na sua eleição e participação na aliança não revogada continua sendo o instrumento para medir a sua vivacidade espiritual (p. 56). Ao perguntar em que consiste propriamente a eleição de Israel, Ben-Chorin afirma: "Primariamente ela consiste em que Israel é a testemunha de Deus no mundo" (p. 133). Esta tarefa somente estará concluída com o advento do Reino de Deus a este mundo: "O Reino de Deus, um reino de paz, de justiça e de amor, representa o fim das religiões e por conseguinte também da eleição de Israel, que em face da nova realidade já não terá mais a função de testemunha de Deus e luz dos povos" (p. 143). Porque somente então se cumprirá a profecia de Jeremias sobre a nova aliança (Jr 31,31-34).

Ao tratar da "promissão da Terra" (p. 77-81) o autor não aprofunda a questão do direito de Israel de ocupar a terra que era ocupada pelos palestinos. Fica apenas na razão teológica da promessa e no fato real do Estado de Israel. Mais adiante (p. 102) reconhece que ninguém, a não ser Israel, reivindica um direito de voltar à "sua terra", o que somente se pode justificar teologicamente pela eleição e promissão. O autor também afirma que os judeus constituem um povo sem território definido (p. 134); não seria, portanto, algo essencial à eleição. Aliás, para quem lê a Bíblia à luz dos direitos humanos da população local cananéia, sempre ficará uma interrogação: Que direito o povo hebreu libertado do Egito tinha de expulsar a população local em nome de sua fé? Ainda bem que hoje podemos buscar uma explicação sociológica da origem de Israel (teoria de N. Gottwald), não como um grupo de nômades que invadiram Canaã e expulsaram os habitantes originários, mas como o resultado de lutas de camponeses, agricultores e pastores que se revoltaram contra o sistema tributário dos reis cananeus, aliados a um grupo vindo do Egito, portador da fé em Javé como Deus libertador. Mas certamente não é assim que a corrente judaica fundamentalista, criticada por Ben-Chorin, lê os textos bíblicos relacionados com a conquista da terra. O direito à terra reivindicado pelos judeus pode, sim, ser lido como um paradigma, uma alegoria do que deveria ser um direito de cada povo, de cada família humana. O povo hebreu, que no passado lutou contra a opressão do Faraó e dos reis cananeus para ter uma terra, e o povo judeu, vítima de tantas perseguições e do holocausto, que lutou para ter uma terra própria e um país independente, podem ser um modelo para as lutas dos sem-terra que hoje lutam pelos mesmos direitos no Brasil. O direito à terra como meio de sobrevivência de uma família e de um povo são anteriores ao direito à propriedade particular, como hoje é entendida. Na Bíblia, Deus é o único proprietário da terra que ele destina ao seu povo. Numa visão mais ampla, podemos dizer que Deus

é também hoje o único proprietário de toda a terra e nós, como seus filhos, somos apenas os usuários dela.

Ao tratar de Jerusalém (p. 83-91), Ben-Chorin reconhece a importância e simbolismo da cidade para as três grandes religiões que reivindicam direitos sobre ela: maometanismo, cristianismo e judaísmo. Na sua opinião, Jerusalém Velha deveria ser uma espécie de distrito independente, a exemplo do Estado do Vaticano dentro de Roma. Imagina uma administração ecumênica formada por representantes das três religiões, um triunvirato. A presidência, a cada dois anos, poderia ser ocupada por um dos grupos. É claro que os cristãos, divididos em cinco confissões religiosas, deveriam chegar a um acordo entre si para indicarem o seu representante.

O Autor diz que a eleição de Israel e a promissão são uma parábola para todos os povos. Isso fica mais claro na reflexão do pensador judeu Hermann Cohen (1842-1918): "Deus não ama Israel mais do que os homens em geral... Em Israel Deus ama nada mais nada menos do que o gênero humano... Israel é sua propriedade (*segulá*) apenas como modelo, como símbolo da humanidade... Israel é o santo povo sacerdotal do monoteísmo" (p. 58).

O autor lamenta que no cristianismo se tenha disseminado a tendência de amplificar a idéia da eleição às custas do judaísmo, desqualificando-se a Antiga Aliança como extinta. Mas, conclui, se olharmos as visões de profetas e apocalípticos à luz da realidade de hoje, a eleição de Israel não perdeu no presente sua importância (p. 148).

Trata-se de um livro de fácil leitura e muito oportuna para o contexto ecumênico em que vivemos. Para nós, cristãos, "ramos selvagens" implantados no tronco da oliveira de Israel, será muito útil repensar a questão da eleição divina em termos respeitosos em relação ao judaísmo de nossos dias.

Ludovico Garmus